

Comissão editorial

- ↳ **Afonso Antonio Machado, Prof. Dr.**
Universidade Estadual de São Paulo - UNESP-RC.
- ↳ **Andréa Duarte Pesca, Profa. Dra.**
Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC.
- ↳ **Carlos José Martins, Prof. Dr.**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/RC.
- ↳ **Flávio Rebuschini, Prof. Dr.**
Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, IIEP/AE.
- ↳ **José Maria Montiel, Prof. Dr.**
Centro Universitário Fundação Instituto de Ensino para Osasco - UNIFIEO.
- ↳ **Marcelo Callegari Zanetti, Prof. Dr.**
Universidade Paulista, UNIP - São José do Rio Pardo.
- ↳ **Ricardo Pedrozo Saldanha, Prof. Dr.**
Centro Universitário La Salle - UNISALLE.

Fernando Marinho Mezzadri
(Organizador)

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESPORTE

1ª edição - 2014

ISBN: 978-85-8334-011-9



Várzea Paulista/SP
2014

SANTOS, J. de O. **Década de 20 e Tenentismo**. Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/contendo/default.aspx?codigo=1071>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

SEIL/DER - Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná, Departamento de Estradas de Rodagem – **Histórico**. Disponível em: <<http://www.der.pr.gov.br/modules/contendo.php?contendo=2>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

VELLOSO, M. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In: FERREIRA, J., DELGADO, L. (Orgs.). **O Brasil republicano** – o tempo do nacional-estatismo. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VERONEZ, L.F.C. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

Capítulo 12

A POLÍTICA NACIONAL DO ESPORTE E SUA RELAÇÃO COM AS ESFERAS FEDERAL E MUNICIPAL

Ricardo Lemes da Rosa

Na última década, as políticas públicas de esporte no Brasil foram marcadas por diversos debates, iniciados, principalmente, pela criação do Ministério do Esporte (ME) em 2003. O ME tornou-se o órgão máximo do esporte dentro da estrutura burocrática do governo federal, sendo responsável pelas políticas de organização e de promoção da atividade esportiva em todo o país.

Em 2004, o ME promoveu a I Conferência Nacional de Esporte (CNE), com a temática “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, com etapas municipais e estaduais. Um dos resultados deste evento foi a elaboração da Política Nacional de Esporte (PNE), a qual tem como proposta geral estabelecer as macrodiretrizes políticas para o desenvolvimento do esporte no país.

Nesta perspectiva, em 2006, foi realizada a II Conferência Nacional de Esporte, com a temática “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, que manteve as mesmas características do evento anterior, com a realização de pré-etapas por diversos estados e municípios.

As discussões sobre o esporte no país ampliaram-se ainda mais a partir de 2007 e 2009, quando o Brasil foi escolhido para sediar os dois maiores eventos esportivos do planeta: a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Tal fato contribuiu para que o fenômeno esportivo passasse a ocupar um lugar de prioridade na agenda política nacional.

Desse modo, o esporte adquiriu *status* de “problema público”, pois os mais variados agentes, tanto do campo político quanto do campo esportivo realizaram inúmeros debates, considerando que o incentivo ao esporte por meio de políticas públicas deva ser ampliado, e que estas melhorias devam ser relevantes para a coletividade, o que justificaria assim um maior investimento estatal (SECCHI, 2010).

Considerando os primeiros passos dados pelas conferências anteriores, realizou-se em 2010, a III Conferência Nacional de Esporte, tendo como tema o “Plano Decenal de Esporte e Lazer – 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”, deste evento foram elaboradas ações

e metas em dez eixos de trabalho, sendo eles: o sistema nacional de esporte e lazer; a formação e valorização profissional; o esporte, lazer e educação; o esporte, saúde e qualidade de vida; a ciência e tecnologia; o esporte de alto rendimento; o futebol; o financiamento de esporte; a infraestrutura esportiva; e, ainda, esporte e economia.

Com base em todo esse processo de discussão, que veio se desenvolvendo em torno das políticas públicas para o esporte nos últimos dez anos, procuramos neste estudo compreender e analisar como ocorre a relação entre o global e o local, ou seja, entre o governo federal e os governos municipais. Para tanto, elaboramos nosso problema de pesquisa pautado na análise da interseção entre o campo esportivo e o campo político, focando nesta interseção o papel da PNE.

Buscamos compreender como as ações (objetivos, teses e preceitos) preconizadas pela PNE contribuem (ou não e por que) para com as políticas públicas locais.

Sendo assim, nosso objeto de análise tem seu foco na seguinte questão: a Política Nacional do Esporte (PNE) orientou o desenvolvimento de políticas públicas para o esporte, em três municípios¹ da região metropolitana de Curitiba – Paraná, no período de 2005 a 2010?

Nossa hipótese de trabalho foi de que, devido às disputas que se estabelecem entre os agentes, dentro e entre os campos político e esportivo, a PNE não tem sido utilizada como referência no desenvolvimento das políticas públicas de esporte e lazer nos municípios brasileiros.

Sobre o recorte temporal da pesquisa, estabelecemos o período de 2005 a 2010 pelo fato da PNE ter sido aprovada no ano de 2005, não havendo como buscar dados anteriores a este período; e 2010, pelo fato de encerrar-se neste ano o tempo legal para o desenvolvimento de nossa pesquisa.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa, a qual dialoga com uma abordagem sociológica de análise. Optou-se pelo estudo qualitativo porque esta modalidade nos permite investigar o tema proposto, buscando o aprofundamento e a compreensão do desenvolvimento do campo esportivo e de sua relação entre o Ministério do Esporte e três Secretarias Municipais de Esporte.

¹ Os três municípios selecionados para nosso estudo, serão denominados como município A, município B e município C, garantindo assim o anonimato das cidades participantes.

Utilizamos como instrumentos para a coleta de dados a descrição de documentos e a entrevista semiestruturada. Para a descrição de documentos, foram considerados: a Política Nacional do Esporte (PNE), as leis federais, as leis orgânicas municipais e os relatórios de projetos, programas e eventos realizados pelos municípios.

A descrição de tais documentos contribuiu para um maior entendimento acerca de como foram planejadas e implementadas (oferta e demanda) as políticas públicas de esporte nestes municípios, e sua possível relação com a PNE.

A entrevista semiestruturada foi realizada com oito² agentes atuantes nas secretarias municipais de esporte, dos três municípios selecionados para compor nosso estudo.

Com as entrevistas aos representantes locais, pudemos levantar dados pertinentes ao desenvolvimento das políticas públicas de esporte nos três municípios, pois os agentes entrevistados ocupam diferentes posições profissionais e sociais no campo esportivo em questão. Desta forma, foi possível ampliar o olhar sobre o nosso objeto de análise e compreender, principalmente, como tem sido elaborados e efetivados os programas, projetos e eventos de esporte e lazer desenvolvidos nos municípios, analisando se estes tiveram referência ou não da PNE.

Com relação à seleção dos agentes entrevistados, esta levou em consideração o envolvimento dos mesmos no campo esportivo analisado, estabelecendo-se como critérios de inclusão: (1) ter atuado nas secretarias de esporte dos municípios selecionados no período de 2005 a 2010; (2) ter ocupado o cargo de secretário, e/ou diretor e chefe de departamento de esporte e professor; (3) ter participado efetivamente da elaboração dos programas, projetos e eventos de esporte; e (4) autorizar legalmente sua participação no estudo por intermédio da assinatura do Consentimento Livre e Esclarecido.

No que se refere à garantia do anonimato dos participantes da pesquisa, iremos nos referir aos entrevistados em termos de gênero feminino.

² Inicialmente, seria também entrevistado um agente representante do Ministério do Esporte vinculado à equipe técnica responsável pela elaboração da Política Nacional do Esporte, porém, no decorrer desta pesquisa, devido à dificuldade de agenda do referido profissional, a entrevista não foi concretizada, alterando-se a participação do mesmo através de outro instrumento de pesquisa, sendo elaborado um questionário com questões abertas e que nos permitissem analisar a referida problematização. Após vários contatos com o profissional em questão, obtivemos uma resposta negativa sobre sua participação, não havendo o retorno do questionário, o que nos limita a compreender como o Ministério do Esporte pensa a Política Nacional de Esporte e Lazer na sua forma global, ou seja, atendendo a todo território nacional, e sua relação com as políticas públicas num espaço social local.

Para o levantamento e para facilitar a organização dos dados coletados foram elaboradas oito questões, aplicadas às oito agentes entrevistadas.

O Ministério do Esporte e as Secretarias Municipais de Esporte são estruturas que se fazem presentes na interseção entre o campo político e o campo esportivo, formando um novo espaço social. Compreendemos que tais estruturas são compostas pelos mais variados agentes e que estes são dotados de seus *habitus* e *capitais* distintos. Estes *habitus* e *capitais* interferem nas tomadas de decisão dos profissionais responsáveis pela elaboração e efetivação das ações (oferta e demanda), que compõem o quadro das políticas públicas. Tendo esta compressão como premissa, nossa pesquisa tem como referencial analítico a “Sociologia Reflexiva”³ de Pierre Bourdieu.

A aproximação entre o campo esportivo e o campo político

Como a PNE é uma política pública voltada ao desenvolvimento do esporte no país, entendemos que, para investigarmos esta ação, precisamos aproximar nosso olhar da interseção entre o “campo esportivo” e o “campo político”, identificando as estruturas, os agentes, os *habitus* e os capitais presentes nesta interseção. Nela podem ser encontradas diferentes estruturas, dentre as quais: o Ministério do Esporte; as secretarias estaduais e municipais do Esporte, Educação, Cultura e Saúde; o Comitê Olímpico Brasileiro; as confederações; as federações; as ONG; as ligas; os clubes; os conselhos estaduais e municipais do esporte e lazer; as associações de bairro; entre outras.

Essas estruturas são ocupadas pelos mais diferentes agentes, tais como os gestores públicos, dirigentes esportivos, atletas, professores, usuários (população em geral), prefeitos, vereadores, representantes das associações de bairro, diretores de escolas, entre outros. Estes agentes estão inseridos num espaço social com autonomia, história e funcionamento próprios, dotados de seus *habitus* que estruturam e são estruturados por este *locus*, e que possibilitam adquirir “capital” para estarem inseridos no “jogo social” – tendo em vista a distribuição desigual do poder, que define a posição que cada agente ocupa

3 Ao trazermos a “Sociologia Reflexiva” de Pierre Bourdieu, como eixo de análise teórica deste trabalho, compreendemos que o referido autor tem influenciado significativamente a renovação do questionamento científico e sociológico, pois inúmeras foram as suas obras voltadas às ciências sociais (*Les héritiers*, *La Reproduction*, *La Distinction*, *Le sens pratique* e *La misère du monde*), que o projetaram como um intelectual combativo e empenhado nas causas mais urgentes (BONNEWITZ, 2003), além de nos possibilitar, através de seu arcabouço teórico, uma aproximação significativa aos estudos referentes à temática esportiva.

no campo em questão. É nesta diferença de forças que temos os polos opostos que regem o campo: os dominados e os dominantes.

Após o entendimento sobre as estruturas e agentes que compõem a interseção entre o campo esportivo e o campo político, focaremos a discussão em nosso objeto de estudo, o qual tem por objetivo analisar como a PNE é, ou não, utilizada/implementada em três municípios da região metropolitana de Curitiba.

A aproximação entre a esfera federal e a municipal está aqui representada pelo Ministério do Esporte e por três Secretarias Municipais de Esporte. Tanto o Ministério do Esporte como as secretarias municipais fazem-se presentes no campo político, por se tratarem de estruturas burocráticas administrativas, compondo a administração governamental em nível federal e municipal. Também encontraremos estas estruturas presentes no campo esportivo, pois são elas as responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas de esporte nos diferentes níveis de governo.

Observar a interseção entre o campo esportivo e o campo político, possibilita-nos compreender como os municípios se apropriaram da PNE e das ações desenvolvidas pelo Ministério do Esporte. Possibilita, também, identificarmos como se dá a relação das políticas públicas de esporte entre as duas esferas, e como se estabelecem as inter-relações entre as estruturas e os seus agentes. Por conta deste mapeamento, na sequência, apontaremos três questionamentos preliminares.

O primeiro visa identificar como ocorre o diálogo entre as estruturas federal e municipal. O segundo refere-se à intervenção do Ministério do Esporte, ou seja, consiste em investigar de que forma esta estrutura e suas ações fazem-se presentes nas secretarias municipais, se há uma comunicação equitativa ou com maior ênfase em alguns municípios.

O terceiro, por sua vez, diz respeito ao conhecimento e reconhecimento da PNE por parte das três secretarias municipais de esporte e lazer. Tais indagações permitiriam perceber que, na interseção entre o campo esportivo e o político, pode existir uma interposição deste sobre aquele, a qual é movida por conflitos internos e pela disputa de poder. Com este entendimento, percebemos que uma política, que tem por objetivo ser desenvolvida no território nacional, pode interferir ou não no plano municipal.

Dando continuidade às inquietações e reflexões apontadas até o presente momento, discutiremos a partir de então a PNE, objeto central deste estudo. Apresentando o conteúdo geral que rege a referida política, de modo a possibilitar ao leitor a compreensão necessária frente aos apontamentos a que se objetivam nesta pesquisa.

Os objetivos, princípios e diretrizes da Política Nacional do Esporte

Como tese fundamental, a PNE tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da discussão sobre o esporte no Brasil, caracterizando o mesmo como uma política de Estado, que deve favorecer o fortalecimento da identidade cultural e da cidadania do povo brasileiro. Dentre alguns objetivos desta política, de acordo com o documento oficial, destacamos: a democratização e universalização do acesso ao esporte e ao lazer; a descentralização da gestão das políticas públicas; o fomento da prática do esporte educativo e participativo; e o incentivo ao desenvolvimento de talentos esportivos (BRASIL, 2005).

Nesse entendimento, a política destaca que as práticas esportivas são atividades imprescindíveis ao desenvolvimento humano e, por isso, exigem condições específicas para atender à diversidade presente na sociedade. Além disso, a PNE aponta a democracia como um valor fundamental para balizar a gestão do esporte e favorecer o acesso às práticas esportivas, bem como aos espaços apropriados a tais práticas. Defende, ainda, a ideia de se estimular a participação popular com poder de decisão, promovendo a organização de instâncias administrativas, a formação de conselhos e a descentralização da estrutura, da organização e da gestão, assegurando assim o planejamento participativo, a avaliação e o respeito às instâncias coletivas constituídas (BRASIL, 2005 p.127 -131).

Dos princípios que regem a PNE, temos:

- Da reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social;
- Do esporte e do lazer como direito de cada um e dever do Estado;
- Da universalização e inclusão social;
- Da democratização da gestão e da participação (BRASIL, 2005).

Como diretrizes defendidas pela PNE, temos:

- Universalização do acesso e promoção da inclusão social;
- Desenvolvimento humano;
- Ciência e tecnologia do esporte;
- Promoção da saúde;
- Paz e desenvolvimento da nação;

- Desenvolvimento econômico;
- Gestão democrática: participação e controle social;
- Descentralização da política esportiva e de lazer (BRASIL, 2005).

E, como ações estratégicas, a PNE apoia-se na:

1. Ampliação do acesso ao esporte em cada região do país como direito social.
2. Garantia da oferta regular e da difusa da cultura das práticas esportivas escolares e de lazer para todas as pessoas, sem distinção de cor, raça, etnia, sexo, idade ou condição social.
3. Ampliação e modernização de infraestrutura esportiva, contemplando a diversidade das práticas.
4. Estruturação da Política Nacional de Recursos Humanos, articulada com estados e municípios, para capacitação e formação com caráter multiprofissional e multidisciplinar, em parceria com o MEC e IES, de recursos humanos atuantes em atividades esportivas em todos os níveis, de forma a atender o Sistema Nacional de Esporte e Lazer.
5. Desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia do esporte.
6. Oferecimento regular de práticas esportivas educacionais, de lazer e de alto rendimento, especialmente voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social.
7. Fortalecimento da participação da mulher no esporte.
8. Promoção de práticas esportivas que atendam pessoas deficientes e com necessidades especiais.
9. Afirmção do esporte como meio de promoção da saúde em ações interdisciplinares com o Ministério da Saúde (MS), a ONU, entre outros, incluindo os órgãos congêneres nos estados e municípios.
10. Implementação de ações de combate ao *doping* esportivo, bem como de prevenção ao seu uso, respeitando as normas e regulamentos dos organismos internacionais de combate ao *doping*.
11. Criação de sistema integrado de diagnóstico, avaliação e documentação esportiva, amplo e aprofundado.
12. Garantia da democratização da informação no âmbito esportivo.

13. Apoio e fortalecimento da gestão pública do esporte em todos os níveis.
14. Estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer no país, compreendendo as esferas de atuação pública e privada; consolidando uma rede de gestores federais, estaduais e municipais; entidades de prática e de administração esportiva; entidades representativas do esporte e do lazer em geral; escolas públicas e privadas; universidades; prestadores de serviço e profissionais, técnicos, atletas e a população atendida.
15. Estruturação de uma política de financiamento que esteja vinculada ao Sistema Nacional de Esporte e Lazer e que mobilize, articule, amplie e dinamize recursos para essa área, coordenando as iniciativas do setor público, em todas as esferas, e do privado, assentada sob princípios sólidos de controle público e transparência.
16. Modernização e fortalecimento das entidades de administração e da prática do esporte e com vistas à democratização das entidades e à profissionalização da gestão.
17. Ampliação da participação da comunidade esportiva e da sociedade na implementação da política, mantendo canais permanentes de comunicação.
18. Garantia de mecanismos de controle e avaliação permanentes do PNE, com a participação dos conselhos e dos gestores estaduais e municipais, e através da conferência, visando o acompanhamento contínuo das ações em todos os níveis de execução, para direcionar e redirecionar seu processo de planejamento (BRASIL, 2005).

Esses são os objetivos, princípios, diretrizes e ações estratégicas que orientam a PNE e que serviram de referência para a análise de nosso objeto de pesquisa. A partir desse levantamento, abordaremos as políticas públicas de esporte na esfera local, buscando responder a problematização anunciada na introdução deste artigo, que consiste em investigar se a PNE foi utilizada como referência na implementação das políticas municipais de esporte e se a mesma interfere ou não neste processo.

A relação entre a esfera federal e municipal

Buscaremos agora compreender a relação estabelecida entre a esfera federal e municipal, observando a interseção entre o “campo esportivo” e o

“campo político”, e, nesta interseção, o “subcampo” das políticas públicas⁴ para o esporte e lazer no Brasil.

Consideramos, como as instituições (*polity*) que representam “o macro e o micro” nesta relação, o Ministério do Esporte e as secretarias municipais de Esporte. Mais especificamente, vamos analisar o que pensam os agentes/atores que fazem parte deste processo conflituoso (*politics*) acerca da influência ou não dos conteúdos (*policy*) da PNE nas políticas públicas locais.

Apresentaremos sinteticamente os resultados das entrevistas com base nas suas questões e respostas, o que nos permitirá analisar, discutir e, assim, confirmar ou refutar a hipótese, lançada por este estudo, de que a PNE não tem orientado o desenvolvimento de políticas públicas de esporte nas esferas locais.

É importante lembrar, conforme definido nos procedimentos metodológicos deste estudo, no que se refere à garantia do anonimato dos participantes da pesquisa, que iremos nos referir aos entrevistados em termos de gênero feminino. Também, ao nos referirmos aos municípios, consideraremos município A, B e C. Para o levantamento dos dados, foram levantadas sete questões junto às agentes entrevistadas, consideradas fundamentais para o desdobramento de nosso problema de pesquisa. A partir da apresentação das referidas questões, propomos uma reflexão para uma possível interposição do campo político sobre o campo esportivo.

A primeira questão que apresentamos refere-se à formação acadêmica ou profissional das agentes. Das quatro agentes responsáveis pelas respectivas pastas municipais, três não têm formação acadêmica específica na área do esporte, sendo os cargos ocupados por pessoas representantes dos partidos que compõem a base de apoio ao governo eleito.

O segundo questionamento baseia-se no entendimento que as agentes demonstram ter sobre as suas funções e atribuições nas secretarias municipais, em que estas relatam basicamente serem as funções políticas e técnicas as suas principais responsabilidades.

⁴ Na ciência política, a literatura sobre *policy analysis* diferencia três dimensões da política, sendo adotados os termos em inglês de *polity* para a denominação das instituições políticas, referindo-se à ordem do sistema político, relacionado à estrutura institucional do sistema político-administrativo. A dimensão *politics* para processos políticos, frequentemente de caráter conflituoso, e que diz respeito à imposição dos objetivos, conteúdos e às decisões de distribuição. E *policy* para os conteúdos concretos da política, à configuração dos programas e ao conteúdo material das decisões políticas. Assim, a *policy analysis*, como arcabouço tradicional da ciência política, analisa a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política (FREY, 2000).

A terceira e quarta questões apontadas nesta relação buscou conhecer os principais programas e projetos desenvolvidos nos municípios, e se os mesmos foram implementados a partir de alguma diretriz nacional. Encontramos nestes questionamentos algumas regularidades como, por exemplo, o fato de que pelo menos uma representante de cada município mencionou haver continuidade nos projetos desenvolvidos em gestões anteriores. Outro dado citado em comum foram as escolinhas de esporte e as modalidades de treinamento, presentes nos três municípios. O que mais se diferenciou nesta questão foi o fato de que apenas um dos três municípios desenvolve programas em parceria com o Ministério do Esporte. Mesmo em relação ao desenvolvimento destes projetos, os municípios A e B não se utilizam de nenhuma diretriz nacional, para sua efetivação, as ações partem das próprias equipes municipais.

Já o município C afirma utilizar-se de convênios com o governo federal, citando a inclusão social como uma diretriz. É interessante destacar que nenhum dos municípios cita a PNE como uma possível diretriz para o desenvolvimento das políticas públicas locais.

A quinta questão discutida pautou-se no financiamento, indagando se os municípios tiveram o repasse de verba para o desenvolvimento de suas ações. De acordo com as respostas, verificamos que no município A, houve, nos últimos dez anos, um repasse financeiro para a construção de uma piscina e um vestiário. No município B não se efetivou nenhum financiamento, e no município C, o repasse ocorre desde 2009 (ano que marca a entrada de nova gestão municipal), sendo efetuado através de verbas para o financiamento dos programas, que a cidade desenvolve em parceria com o Ministério do Esporte.

O sexto questionamento abordado na pesquisa buscou aprofundar a relação entre a esfera federal e municipal, verificando se os referidos municípios conhecem a PNE. Percebemos, a partir das respostas, que a PNE, enquanto uma macropolítica setorial para o esporte no país, praticamente não é conhecida nem reconhecida pelas agentes participantes desta pesquisa. O que as mesmas citam conhecer são alguns programas desenvolvidos pelo ME, políticas públicas voltadas ao esporte de escola e de lazer. Uma das agentes do município A considera que a Paraná Esporte (autarquia estadual do esporte) deveria ser um veículo de acesso à PNE. Uma entrevistada do município C cita que a Conferência Nacional do Esporte (CNE) é um importante passo de conhecimento e reconhecimento da PNE.

De forma geral constatamos que em nenhum momento foram relacionados os conceitos, diretrizes, preceitos e objetivos da PNE. Somente alguns programas e eventos como a CNE foram compreendidos como ações da PNE no entendimento das entrevistadas.

A sétima e última questão discutida nas entrevistas tratou de como os municípios entendem sua relação com o Ministério do Esporte, e o que pode ser melhorado neste processo. Para as agentes do município A, o Ministério do Esporte está muito distante e, sem uma boa relação política, a aproximação fica prejudicada. Para elas, somente será possível melhorar esta relação a partir do momento em que se estabeleça uma “ponte” com o Ministério do Esporte, o que no entendimento das agentes significa a intervenção do governo estadual nesta aproximação.

As agentes do município B demonstram basicamente a mesma opinião, considerando também que, para chegar ao ME, os laços político-partidários contribuem significativamente, pois o município já esboçou algumas tentativas de vinculação de projetos, porém sem obter resultados satisfatórios. Para estas agentes, a relação com o ME poderá ser mais bem fortalecida quando for desenvolvida uma política estadual para o esporte, a partir da qual o ME busque conhecer as diferentes realidades e necessidades de cada estado da Federação.

Ainda nesta questão, duas agentes da cidade C consideram que há relação entre o município e o Ministério do Esporte, e que esta, embora necessite melhorar, vem avançando principalmente pela realização das três edições da Conferência Nacional do Esporte, bem como dos projetos e recursos que são destinados via convênio aos municípios.

Elas citam que o que falta é informação e interesse por parte dos municípios em conhecer e estabelecer uma relação mais estreita com o governo federal. Nesse sentido, os municípios deveriam antecipar esta aproximação ao realizar capacitações com as suas equipes de trabalho, sem ficar à espera da intervenção do Ministério do Esporte, mas indo ao encontro dele.

Contudo, ressaltamos que as agentes que demonstram ter maior relação com o Ministério do Esporte são beneficiadas pela proximidade político-partidária com a esfera federal.

Conforme exposto na apresentação e reflexão das falas das oito participantes da pesquisa, e com base no referencial teórico abordado sobre a interseção entre o campo esportivo e o campo político – bem como na inter-relação entre as instituições políticas (*policy*), o processo político (*politics*) e os conteúdos da política (*policy*) –, constatamos que os municípios, embora conheçam ou desenvolvam alguns programas e projetos do ME, não demonstraram um conhecimento específico ou aprofundado acerca das teses, preceitos, diretrizes e objetivos que regem a PNE. Ou seja, nossa investigação nos permitiu verificar que ocorre apenas a apropriação de algumas ações e financiamentos, os quais não se apresentaram como indicações sistemáticas de

que os municípios realmente fundamentaram suas políticas públicas de esporte a partir da Política Nacional, pois não há sustentação teórica nas suas explanações, que demonstrem conhecimento e reconhecimento desta macropolítica.

Assim, confirmamos a hipótese estabelecida na introdução deste trabalho, de que as políticas públicas de esporte desenvolvidas nos municípios pesquisados não têm utilizado a PNE como referência para as suas ações.

Os relatos das oito entrevistadas nos levam ainda a duas questões. A primeira refere-se às agentes que possuem vínculo político-partidário com o ME. Estas demonstram possuir um maior capital político e social, detendo, portanto, uma maior interação e apropriação das ações que o governo federal desenvolve frente à política setorial do esporte.

A segunda questão é a de que os municípios que encontram dificuldade de interação junto ao ME, também são corresponsáveis por este fato, tendo em vista que é responsabilidade dos gestores públicos municipais (burocratas/corpo político e técnico) a busca pelo conhecimento da política pública setorial de esporte, seus programas, projetos, suas ações e principalmente o conteúdo conceitual que estabelece diferentes diretrizes ao esporte e lazer no país. Tal iniciativa amplia a “simples visão do repasse de verbas (financiamento) pontuais”, que acabam não contribuindo para que o esporte, enquanto um fenômeno social, venha a avançar na condição de um direito reconhecido e legitimado pela sociedade.

Acreditamos que, para haver maior e melhor interação entre as esferas governamentais locais e o governo federal, além da apropriação dos conteúdos técnicos das políticas públicas do ME, os agentes responsáveis pelo desenvolvimento das políticas públicas nos municípios e nos estados devem ser motivados a buscar constante aperfeiçoamento pessoal técnico, no intuito de somar o capital cultural ao político.

Considerações finais

Nosso estudo buscou investigar a relação entre o governo federal e três governos municipais, no sentido de pensar se as ações promovidas por estes são permeadas pela Política Nacional do Esporte (PNE). A investigação foi orientada pela observação da interseção entre o campo esportivo e o político, considerando nesta, o subcampo das políticas públicas para o esporte no Brasil, caracterizado pelas instituições (*polity*) que representam “o macro e o micro” – ou seja, o Ministério do Esporte e as secretarias municipais de Esporte de três municípios da região metropolitana de Curitiba.

Buscamos compreender como se apresenta o processo conflituoso de interação (*politics*) entre as estruturas, mapeando os agentes, *habitus* e *capitals*, na tentativa de desvendar se os conteúdos da política (*policy*) estavam presentes nesta inter-relação.

Partindo do ponto de vista das agentes representantes dos municípios pesquisados, constatamos que a PNE, apesar de ser uma política elaborada para estruturar o desenvolvimento do esporte brasileiro, não teve sua tese, seus conceitos nem seus objetivos, ou parte deles, sistematicamente mencionados nas falas das entrevistadas.

Nenhum dos municípios que fizeram parte de nossa pesquisa teve a PNE como diretriz norteadora, para as etapas de planejamento e implementação de suas políticas públicas locais de esporte. Os programas e projetos desenvolvidos de 2005 a 2010, nos municípios envolvidos em nossa pesquisa, foram fundamentados pelos interesses das equipes que compunham as secretarias, ou seja, foram permeadas pelo *habitus* presente nestas estruturas, em que observamos a regularidade de algumas ações, como as “escolhinhas de esporte” e as “modalidades de treinamento”, privilegiando o esporte de alto rendimento nas atividades locais.

As representantes dos três municípios citaram conhecer alguns programas do Ministério do Esporte voltados ao esporte educacional e ao esporte comunitário. Contudo, tais programas fazem-se presentes apenas em um dos municípios, o qual apresenta proximidade político-partidária com o governo federal, demonstrando que esta proximidade pode ser um facilitador na implementação de ações de cunho prático, gerando repasses financeiros imediatos para o município.

Porém, a análise dos dados levantados também possibilitou-nos perceber que o vínculo político-partidário não garantiu a apropriação do conteúdo da PNE pelo município beneficiado, pois, o mesmo, apesar de reconhecer e desenvolver ações em parceria com o Ministério do Esporte, não se utilizou efetivamente da macropolítica para orientar a implementação de tais ações.

Salientamos outra informação obtida pela análise da relação entre as duas esferas governamentais, sendo considerada de extrema importância e que pode contribuir, segundo as agentes representantes dos três municípios, para a melhoria da comunicação entre o Ministério do Esporte e as secretarias municipais.

De acordo com as entrevistadas, o governo estadual tem um papel fundamental na articulação e aproximação entre as esferas. As agentes citaram o órgão responsável pelo desenvolvimento da política estadual do esporte no

estado do Paraná, a Paraná Esporte, como uma possível “ponte” para minimizar o distanciamento físico e técnico-político que afeta o desenvolvimento da PNE, dos programas preconizados pelo governo federal e, principalmente, para que o governo federal reconheça as particularidades dos diferentes estados e cidades brasileiras.

Para tanto, se faz necessário que o governo estadual esteja ciente de seu papel, contribuindo mais efetivamente para reduzir o distanciamento na relação com a esfera federal.

Com relação ao desenvolvimento do esporte no Brasil, ao olharmos para a interseção entre o campo esportivo e o político, podemos perceber que, em alguns casos, a engrenagem presente nesta inter-relação pauta-se no vínculo político-partidário, pois o capital político envolvido pode aprimorar ou não o diálogo ali estabelecido, ao passo que a PNE ainda não gera demanda em alguns municípios.

Para que haja essa demanda, faz-se necessário um maior conhecimento, ou seja, uma ampliação do capital cultural, aliado ao saber técnico e ao engajamento político.

Estes três pilares possibilitarão às cidades avançar na constituição das suas políticas municipais de esporte, além de exigir um maior equilíbrio no diálogo entre o governo estadual e federal, passando o primeiro de uma posição passiva para um posicionamento autônomo, protagonista e participativo na interseção entre os referidos campos, minimizando a interposição que o campo político pode exercer sobre o campo esportivo.

Referências

- BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOURDIEU, P. **Algumas propriedades dos Campos**. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **P. Ofício de Sociólogo**. Metodologia da pesquisa na sociologia. 5 ed. Editora Vozes, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- _____. **P. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, vol. 21. 2000. p. 211-259.
- BRASIL. **Política Nacional de Esporte**. Brasília, DF, 2005.

FREY, K. Análise de políticas públicas: Algumas reflexões e suas implicações para a situação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, n. 18, p. 1-36, setembro. PPGSP/UFSC. 2000.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MEZZADRI, F. M. *et al.* Políticas Públicas para o esporte e lazer nas cidades do Estado do Paraná. In: MEZZADRI, F.M; CAVICHIOLO, F. R; SOUZA, D.L. **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas**. Jundiaí, SP: Editora Fontoura, 2006. p. 43-60.

_____. Ministério do Esporte. **Conselho Nacional do Esporte**. Resolução nº 05 de 14 de Junho de 2005. Dispõe sobre a criação da Política Nacional do Esporte. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de Agosto. 2005. Sec 1, p. 128-132.

_____. Ministério do Esporte. **Resolução de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer**. In: Documento Final da I Conferência Nacional do Esporte. Ministério do Esporte. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/30773326/Politica-Nacional-de-Esportes-Brasil>>. Acesso em: 25/11/2009.

ROSA, R.L. **A Política Nacional do Esporte e sua relação entre o global e o local**. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação Física, Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.